



Ministério das Finanças e da Administração Pública

Direcção-Geral do Tesouro

PLANO DE ACTIVIDADES

2005

DGT



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

SUMÁRIO

1	NOTA INTRODUTÓRIA	2
1.1	Metodologia de elaboração do plano	2
1.2	Ambiente externo	3
1.3	Ambiente interno	5
1.4	Principais clientes	6
1.5	Serviços fornecidos	7
2	OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS	8
2.1	Objectivos estratégicos	8
2.2	Medidas estratégicas	9
3	PROGRAMAS, PROJECTOS E ACTIVIDADES PREVISTAS	10
3.1	Tesouraria Central do Estado	10
3.2	Intervenção Financeira do Estado	16
3.3	Regularizações e Recuperações	21
3.4	Sistemas de Informação e Administração	24
3.5	Auditoria Interna	31
3.6	Prospectiva e Coordenação	33
3.7	Apoio Jurídico	36
4	RECURSOS ENVOLVIDOS	37
4.1	Recursos humanos, materiais e financeiros	37
4.1.1	Recursos humanos	37
4.1.2	Recursos materiais e financeiros	39
4.2	Formação profissional	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1. Metodologia de elaboração do plano

O Plano de Actividades da Direcção-Geral do Tesouro para o ano de 2005, que ora se apresenta, foi elaborado de acordo com o esquema tipo e demais termos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, tendo presente as orientações da Reforma da Administração Pública em curso e a consolidação da sua missão, definida pela respectiva Lei Orgânica – Decreto-Lei n.º 186/98, de 7 de Julho.

Em termos metodológicos, foi utilizada a definição de objectivos em cascata, preconizada na Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2004, de 21 de Dezembro, tendo-se optado por uma apresentação do Plano através de quadros, com a convicção de que esta contribui para uma melhor compreensão e um melhor controlo de execução do mesmo.

Este documento resulta da definição, numa primeira fase, dos objectivos estratégicos, em sede de Conselho Coordenador do Tesouro, e, numa fase posterior, da consolidação dos objectivos fixados por cada uma das áreas operativas e de apoio, discutidos em reuniões participadas por todas as chefias.

Desta metodologia deverá resultar uma maior apropriação e um maior comprometimento, envolvendo todos os níveis hierárquicos num novo modelo de gestão por objectivos, conforme o determinado pela Reforma da Administração Pública em curso.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

1.2. Ambiente externo

Sendo a Direcção-Geral do Tesouro (DGT) a maior instituição financeira da Administração Central do Estado, ao estabelecer os seus objectivos estratégicos para 2005 não pode deixar de ter em conta a actual conjuntura político-económica nacional e internacional e, ainda, as orientações do Governo no que respeita à consolidação orçamental e à qualidade e rigor da prestação dos serviços públicos.

Dada a especificidade das suas competências, a actividade da DGT está fortemente dependente das decisões do Governo e da interconexão com diferentes entidades, públicas e privadas.

A multiplicidade e variedade de entidades e situações que interagem com a DGT tem, porém, repercussões no desenvolvimento das respectivas actividades, resultantes de:

- Diversidade de infra-estruturas informáticas obrigando, nomeadamente, à normalização de procedimentos e à sincronização de interfaces
- Dependência do Instituto de Informática enquanto entidade responsável pela gestão e processamento da maioria dos sistemas informáticos do Tesouro
- Dificuldade, devida a constrangimentos orçamentais, na implementação de sistemas/procedimentos que acelerem a melhoria contínua da qualidade dos serviços bancários prestados
- Desenvolvimento tecnológico permanente dos sistemas de informação (Governo Electrónico)
- Necessidade constante de articulação entre o quadro legal nacional e o comunitário
- Dispersão e frequente mutação de legislação em diferentes sectores da actividade nacional
- Obtenção, tardia ou deficiente, de informação relevante sobre processos de intervenção com implicações financeiras



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO**

- Articulação entre a tutela sectorial e a tutela financeira, no âmbito da actuação junto do Sector Empresarial do Estado
- Recepção de grandes e desorganizados acervos documentais, provenientes de entidades extintas
- Inexistência de um órgão de coordenação que assegure a articulação entre os diversos credores públicos e o Ministério da Economia, para efeito da definição da posição a assumir pelo Estado na regularização dos créditos
- Arrastamento dos processos de liquidação por parte dos administradores e comissões liquidatárias, bem como dos processos judiciais para recuperação coerciva dos créditos
- Restrições crescentes, de diversa ordem, que cada vez mais impendem sobre os serviços da Administração Pública, potenciadoras de desmotivação e ineficácia, muitas vezes implicando um esforço que não conduz a resultados efectivos.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

1.3. Ambiente interno

Conforme já foi referido, a especificidade de funções e a natureza variada dos clientes da DGT exigem uma adequada qualificação do seu pessoal e o incremento de infra-estruturas técnicas de apoio, tendo em vista uma efectiva satisfação desses clientes.

Não obstante o desenvolvimento comprovado em diversas áreas, nomeadamente no que se refere ao aumento da utilização de novas tecnologias e o esforço de modernização de circuitos, verificam-se, ainda, os seguintes constrangimentos internos:

- Desajustamento qualitativo e quantitativo do pessoal face ao volume, diversidade, especialização e complexidade das tarefas que constituem a sua missão, designadamente no que se refere a pessoal especialista de informática, implicando o recurso a horas extraordinárias e a trabalho em dias de descanso semanal
- Grande dependência do exterior a nível informático e diminuto quadro de pessoal especialista nesta área, o que se traduz na dificuldade de Dispersão geográfica, qualidade ergonómica deficiente e espaço das instalações insuficiente, pouco propícios à criação de espírito de corpo, ao diálogo inter-departamental e à rentabilização de sinergias
- Insuficiente formação profissional em matérias específicas, designadamente nas novas áreas de actuação do Tesouro
- Estatuto remuneratório inadequado à especificidade das funções, com incidência negativa no ambiente de trabalho e na motivação, devido às distorções salariais existentes face ao exterior (nomeadamente, até, face a outros Serviços do Ministério das Finanças).



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

1.4. Principais clientes

Dada a multiplicidade das suas funções, a DGT presta serviços, designadamente, às seguintes entidades:

- Assembleia da República
- Governo, particularmente à equipa do Ministério das Finanças
- Ministério Público e Magistrados Judiciais
- Tribunal de Contas
- Provedor de Justiça
- Banco de Portugal
- Entidades administradoras de receitas
- Entidades e empresas tuteladas/controladas/participadas pelo Estado
- Empresas privadas beneficiárias de apoios públicos
- Serviços e fundos autónomos
- Serviços integrados
- Conselho de Garantias Financeiras
- Instituições de Crédito Nacionais e Internacionais
- Associações Profissionais
- FMI
- OCDE
- Público em geral, em especial os beneficiários do crédito à habitação



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

1.5. Serviços fornecidos

Como já foi referido, a missão da DGT desenvolve-se em áreas diversificadas, abrangendo a sua actuação facetas de natureza diversa, das quais resultam os principais serviços que a seguir se enumeram:

- Prestação de serviços bancários
- Disponibilização de produtos financeiros aos clientes do Tesouro, para rentabilização dos seus excedentes de tesouraria
- Gestão e controlo da rede de cobranças do Estado
- Gestão e rentabilização de fundos públicos
- Disponibilização do sistema Homebanking a todos os serviços da Administração Pública
- Elaboração de informação relativa a fundos movimentados na Tesouraria do Estado e respectiva divulgação às entidades competentes
- Prestação de apoio ao exercício da função accionista do Estado e ao exercício da tutela financeira do sector público administrativo e empresarial
- Concessão de apoios financeiros e administração dos respectivos processos
- Regularização de responsabilidades financeiras e administração dos respectivos processos
- Recuperação de créditos do Estado
- Acompanhamento de processos de liquidação e de extinção de entidades e empresas
- Coordenação e controlo da execução de despesas excepcionais e de receitas administradas pela DGT
- Elaboração de estudos e pareceres e participação na actividade legislativa
- Elaboração de estatísticas e respectiva divulgação pública.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

2. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS

2.1. Objectivos estratégicos

Os objectivos estratégicos que a seguir se elencam foram definidos pelo Conselho Coordenador do Tesouro, tendo em conta os objectivos definidos para o Ministério das Finanças e da Administração Pública e demais Unidades Orgânicas na sua dependência e a missão da DGT, definida na sua Lei Orgânica:

	Descrição
1	Participar no processo de consolidação orçamental, otimizando a afectação dos recursos financeiros públicos e promovendo a melhoria dos sistemas de controlo da sua utilização decorrente da execução das despesas e das receitas
2	Contribuir para a definição de uma estratégia global para o Sector Empresarial do Estado e para uma gestão eficiente dos apoios financeiros do Estado
3	Optimizar a administração dos processos associados às recuperações de créditos, regularizações financeiras e liquidações
4	Racionalizar a gestão dos recursos no âmbito do processo de reforma da Administração Pública



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

2.2. Medidas estratégicas

Para a consecução dos referidos objectivos mencionados foram formuladas as seguintes medidas estratégicas:

- Racionalização dos recursos humanos versus melhoria da eficiência, eficácia e economia da resposta às solicitações internas e externas
- Reconhecimento da formação profissional como instrumento indispensável a um melhor desempenho organizacional, enquanto pressuposto do aumento da capacidade técnica e do domínio do conhecimento profissional
- Desenvolvimento dos meios informáticos tendo em vista a melhoria dos serviços prestados
- Compatibilização da funcionalidade e da adequação racional das instalações com a melhoria das condições de trabalho
- Melhoria do diálogo com os clientes da DGT e maior exigência na troca de informação
- Reforço da articulação entre os serviços da DGT, visando a obtenção de melhores resultados na qualidade das respostas aos diversos tipos de intervenções.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

3. PROGRAMAS, PROJECTOS E ACTIVIDADES PREVISTOS

Na sequência dos objectivos e medidas estratégicas elencados, enunciam-se agora os programas, projectos e actividades previstas para as áreas operativas e de apoio da DGT.

3.1. TESOURARIA CENTRAL DO ESTADO

Programas	Objectivos
Gestão da Tesouraria do Estado e centralização de fundos	1 e 4
Prestação de serviços bancários	1e 4
Contabilização e controlo da movimentação de fundos na Tesouraria do Estado	1e 4

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Gestão da Tesouraria do Estado e centralização de fundos	Gestão de disponibilidades	GGT
	Minimização da dispersão de fundos	GGT
Prestação de serviços bancários	Gestão de contas dos serviços públicos	DCT
	Gestão da rede de cobranças do Estado	DCT
	Alargamento do serviço de compensação de cheques	DCT
	Desenvolvimento do novo Sistema de Compensação Bancária do Tesouro - SCT	DCT
	Gestão do processo de reembolsos de viagens no âmbito do Conselho da UE	DCT
	Aperfeiçoamento do serviço de emissão de certidões de descontos	DCT
	Aperfeiçoamento do serviço de pagamentos na ordem externa	DCT



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

	Gestão dos processos de cheques sem provisão em que o Estado é lesado	DCT
Contabilização e controlo da movimentação de fundos na Tesouraria do Estado	Contabilização da movimentação de fundos	DCC
	Controlo da movimentação de fundos	DCC

Programa “Gestão da Tesouraria do Estado e centralização de fundos”

- Gestão de disponibilidades

Actividades	Resultado previsto para 2005
Gestão previsional de tesouraria	Identificação, mediante acompanhamento permanente, dos desvios mais significativos e adopção de medidas para obter informação de melhor qualidade
Rentabilização dos excedentes de tesouraria	Maximização da rentabilidade das disponibilidades financeiras assegurando sempre os níveis de liquidez mínimos
Aplicação das disponibilidades financeiras	Aprofundamento do modelo de aplicações financeiras da DGT

- Minimização da dispersão de fundos

Actividades	Resultado previsto para 2005
Centralização da totalidade das disponibilidades financeiras do Estado	Maximização do prazo médio dos fundos de terceiros no Tesouro

Programa “Prestação de serviços bancários”

- Gestão de contas dos serviços públicos

Actividades	Resultado previsto para 2005
Melhoria da qualidade da prestação de serviços bancários aos serviços públicos	Utilização do Banco Tesouro pelos serviços públicos Aplicação na DGT das disponibilidades de tesouraria dos seus clientes
Acompanhamento da implementação do sistema de cobranças por débito em conta, a efectuar com várias entidades prestadoras de serviços	Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos seus clientes



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Colaboração na implementação e divulgação do pagamento de custas judiciais pelo sistema de “Homebanking” do Tesouro	Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos seus clientes Redução, ao indispensável, do recurso dos serviços públicos à banca comercial
Colaboração na implementação do pagamento de dívidas tituladas por documentos únicos (DUC), no sistema de “Homebanking” do Tesouro	Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos seus clientes Maior celeridade e eficiência na captação de fundos para a Tesouraria do Estado
Dinamização da utilização da funcionalidade de depósitos externos (em numerário e cheques), como forma de apoio à cobrança das receitas dos serviços públicos	Centralização no Tesouro da arrecadação de receitas dos serviços públicos
Dinamização da utilização do sistema de “Homebanking” junto dos serviços integrados, como forma de interligar as aplicações informáticas de suporte à gestão orçamental e de tesouraria	Maior rapidez na arrecadação dos fundos na Tesouraria do Estado Redução, ao indispensável, do recurso dos serviços públicos à banca comercial Maior eficiência na execução dos orçamentos de receita dos serviços integrados
Colaboração na implantação de novos certificados digitais nos utilizadores do sistema de “Homebanking”	Extensão e manutenção dos certificados digitais, com vista à melhoria da segurança do sistema
Aperfeiçoamento dos circuitos de informação entre as várias entidades envolvidas no âmbito dos fundos comunitários	Maior interligação de informação e das aplicações informáticas Utilização do Banco Tesouro pelos gestores de fundos comunitários
Colaboração na criação de extractos bancários em formato electrónico a disponibilizar aos clientes do Tesouro	Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos seus clientes

- Gestão da rede de cobranças do Estado

Actividades	Resultado previsto para 2005
Alargamento da rede de cobranças do Estado a serviços públicos que detenham grandes volumes de documentos à cobrança	Redução, ao indispensável, do recurso dos serviços públicos à banca comercial
Difusão da utilização do documento único de cobrança enquanto documento desmaterializado	Melhoria da qualidade da informação de cobrança disponibilizada às entidades intervenientes
Maximização da utilização do novo Sistema de Cobranças do Estado (SCE)	Automatização de procedimentos de controlo ao nível dos documentos cobrados, depósitos e fundos entrados na Tesouraria do Estado



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

	<p>Controlo automático dos termos dos contratos celebrados com as entidades colaboradoras (nomeadamente no que respeita às cobranças e transferências enviadas fora do prazo estabelecido)</p> <p>Melhoria da qualidade da informação de cobrança disponibilizada às entidades intervenientes</p>
Melhoria da interligação entre os sistemas de cobrança das tesourarias de Finanças e das Alfândegas com o SCE	<p>Maior rapidez no acesso e disponibilização da informação</p> <p>Automatização de procedimentos de controlo ao nível dos documentos cobrados e respectivos depósitos</p>
Alargamento da rede de cobranças do Estado	Pagamento de DUC através do sistema de "Homebanking"
Implementação da utilização da opção de "pagamento de serviços" pelas caixas automáticas Multibanco da SIBS	<p>Redução, ao indispensável, do recurso dos serviços públicos à banca comercial</p> <p>Centralização no Tesouro da arrecadação de receitas dos serviços públicos</p> <p>Melhoria da qualidade dos serviços bancários prestados aos seus clientes</p>
Implementação da ligação do SCE ao Sistema de Contas do Tesouro (SGT)	Automatização da contabilização dos valores das cobranças e respectivos depósitos, ocorridos no âmbito da rede de cobranças do Estado
Colaboração na implementação de novas funcionalidades no SCE	Melhoria dos mecanismos de controlo disponibilizados pelo sistema, bem como da informação disponível para contabilização automática

- Alargamento do serviço de compensação de cheques

Actividades	Resultado previsto para 2005
Compensação, através da DGT, dos cheques entregues nas tesourarias das Finanças	Obtenção de um ganho de cerca de 2 dias úteis na disponibilização do valor dos cheques recebidos em 15 tesourarias de Finanças

- Desenvolvimento do novo Sistema de Compensação Bancária do Tesouro - SCT

Actividades	Resultado previsto para 2005
Colaboração no desenvolvimento do novo sistema de compensação do Tesouro (SCT)	Reformulação do sistema actual



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

- Gestão do processo de reembolsos de viagens no âmbito do Conselho da UE

Actividades	Resultado previsto para 2005
Centralização do montante do envelope financeiro a atribuir anualmente a Portugal e justificação da sua despesa perante o Secretariado-Geral do Conselho da UE	Cumprimento eficaz da decisão comunitária
Afectação dessas verbas aos orçamentos dos serviços ou a receita do Estado, consoante a decisão que for tomada pelas entidades competentes	Maior segregação e controlo das despesas a efectuar por parte dos organismos relativamente às viagens

- Aperfeiçoamento do serviço de emissão de certidões de descontos

Actividades	Resultado previsto para 2005
Melhoria do procedimento relativo à emissão das certidões de descontos, a partir do Sistema de Contas Correntes (SCC)	Disponibilização de certidões aos serviços públicos, por forma a possibilitar o cumprimento de prazos legalmente estabelecidos

- Aperfeiçoamento do serviço de pagamentos na ordem externa

Actividades	Resultado previsto para 2005
Prestação de esclarecimentos sistemáticos formais e informais sobre o preenchimento dos pedidos de pagamento na ordem externa	Diminuição da percentagem de pagamentos devolvidos e do prazo de execução dos mesmos

- Gestão dos processos de cheques sem provisão em que o Estado é lesado

Actividades	Resultado previsto para 2005
Colaborar na implementação da aplicação informática de controlo dos processos de desistência de queixas, por emissão de cheques sem provisão em que Estado é lesado	Celeridade no tratamento dos processos de cheques sem provisão e conhecimento diário do estado de cada processo



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Programa “Contabilização e controlo da movimentação de fundos na Tesouraria do Estado”

- Contabilização da movimentação de fundos

Actividades	Resultado previsto para 2005
Alargamento da contabilização automática	Automatização dos registos das Caixas, DUC e de outras operações
Emissão mensal de balancetes das contas de OET	Emissão até ao 15º dia do mês seguinte ao da respectiva cobrança

- Controlo da movimentação de fundos

Actividades	Resultado previsto para 2005
Controlo das Caixas do Tesouro	Confirmação trimestral dos valores depositados e respectiva certificação
Controlo da movimentação de fundos por OET	Efectivação tempestiva das acções de controlo
Controlo das contas bancárias	Automatização da conciliação bancária



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

3.2. INTERVENÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Programas	Objectivos
Concessão de apoios financeiros do Estado	4 e 5
Exercício da função accionista, tutelar e concedente do Estado	1, 2 e 4

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Concessão de apoios financeiros do Estado	Garantias do Estado	DAF
	Empréstimos do Estado	DAF
	Bonificações de juros	DAF
	Subsídios e indemnizações compensatórias	DAF e GAF
Exercício da função accionista, tutelar e concedente do Estado	Análise, acompanhamento e apoio técnico ao Ministro das Finanças no âmbito do Sector Empresarial do Estado	GAF
	Esforço financeiro no Sector Empresarial do Estado	GAF
	Contratos de concessão de bens e/ou serviços públicos	GAF
	Gestão da carteira de títulos do Estado/DGT	GAF

Programa “Concessão de apoios financeiros do Estado”

- Garantias do Estado

Actividades	Resultado previsto para 2005
Análise e instrução de processos para a concessão de garantias pessoais do Estado	Concessão de garantias pessoais para operações de financiamento de cerca de 5 empresas, maioritariamente públicas, cujo montante poderá ascender a € 1600 milhões, bem como operações de crédito de ajuda até € 250 milhões



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Gestão dos processos de garantias concedidas pela DGT, pela COSEC e pelo BEI, em nome do Estado	<p>Na administração de processos de garantias concedidas pela DGT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - cobrança de comissões de garantia, com 274 vencimentos, na ordem dos € 15,4 milhões; - propostas de medidas que minimizem a despesa por execução de garantias e assegurem a recuperação de eventuais créditos; - realização, eventual, de despesa relativa a 4 execuções, no valor de € 25,4 milhões <p>Na gestão de garantias concedidas por terceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - realização de despesa relativa a cerca de 60 processos de execuções de seguros COSEC, no montante previsto de € 7,9 milhões e arrecadação de receita de prémios no montante previsto de € 5,6 milhões; - realização de despesa relativa a 20 processos de execuções de garantia relativamente aos ACP, no âmbito das Convenções de Lomé, no montante previsto de € 0,2 milhões
Preparação e participação nas reuniões do Conselho de Garantias Financeiras	Apreciação dos documentos a discutir em cerca de 55 reuniões do CGF, que poderão envolver a assunção de responsabilidades de € 610 milhões
Administração de processos de garantia de risco de câmbio e de subsidiação de taxa de juro	Pagamentos de cerca de €1,5 milhões e cobrança de receitas até € 0,03 milhões
Elaboração e divulgação de informação estatística, incluindo a destinada ao SDDS e Template do Fundo Monetário Internacional	Relatórios trimestrais
Criação do Sistema de Garantias e Empréstimos (SGE)	Início da implementação do sistema de gestão destes apoios do Estado até ao final do ano
Revisão do actual quadro legislativo das garantias do Estado	Apresentação de uma proposta legislativa até ao final do ano

- Empréstimos do Estado

Actividades	Resultado previsto para 2005
Análise e instrução de processos para efeitos de concessão de empréstimos	<p>Possibilidade de constituição de activos de :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curto prazo, até €125 milhões - Médio e longo prazo, até €34,85 milhões
Administração directa de empréstimos e acompanhamento da gestão cometida ao IFADAP e ao Banco Venezuelano	Cobrança de serviço da dívida de cerca de €1,8 milhões, não incluindo a HCB



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

- Bonificações de juros

Análise dos pedidos de pagamento de bonificações e processamento da respectiva despesa	Despesa até 355 milhões de euros, envolvendo cerca de 40 linhas de crédito
Prestação de esclarecimentos a beneficiários de apoios do Estado e a instituições de crédito	Resposta a cerca de 80 pedidos de informação semanal, efectuadas por escrito ou por via telefónica
Análise de processos de devolução de bonificações resultantes de alienação de imóveis	Dependente do n.º de situações colocadas à DGT
Acompanhamento da implementação da base de dados relativa ao crédito bonificado à habitação	Em colaboração com o GPC

- Subsídios e indemnizações compensatórias

Actividades	Resultado previsto para 2005
Cálculo das indemnizações / subsídios e elaboração da proposta de atribuição	Afectação de apoios a 22 sociedades
Concessão e processamento de indemnizações compensatórias	Pagamento de cerca de 376,7 milhões de euros a 22 empresas
Concessão e processamento de subsídios ao sector da Construção Naval e ao INGA	Pagamento de cerca de 120 milhões de euros
Análise dos pedidos de compensação de juros no âmbito de processos relacionados com as nacionalizações e expropriações	Despesa de cerca de 16 milhões de euros
Processamento de subsídios no âmbito do IAJ	Despesa de cerca de 60,2 milhões de euros
Preparação dos processos relativos ao SIII para encerramento ou transferência para o DRRF	Conclusão de cerca de 100 processos



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Programa “Exercício da função accionista tutelar e concedente do Estado”

- Análise, acompanhamento e apoio técnico ao Ministro das Finanças no âmbito do Sector Empresarial do Estado

Actividades	Resultado previsto para 2005
Emissão de pareceres relativos à situação económico-financeira e juridico-institucional das empresas participadas pelo Estado, quer em termos horizontais quer casuísticos	Cobertura de um universo de cerca de 200 sociedades
Apoio e acompanhamento do processo de empresarialização dos Hospitais, AS	Cobertura do universo das 31 sociedades hospitalares
Acompanhamento, análise e preparação da decisão sobre a reprogramação das intervenções nas sociedades Polis	Cobertura de um universo de cerca de 22 sociedades
Preparação de Assembleias Gerais em empresas acompanhadas pela DGT	Cerca de 230 assembleias
Representação do Estado nas Assembleias Gerais de empresas participadas	Cerca de 180 empresas
Análise e acompanhamento das participações sociais resultantes da extinção da IPE, AS	Cerca de 12 empresas / fundos
Análise de operações de financiamento	n.d.
Análise de operações de aquisição, subscrição, alienação ou extinção de participações sociais	n.d.
Divulgação do relatório “O Sector Empresarial do Estado - 2003”	Divulgação.
Elaboração e divulgação do relatório “O Sector Empresarial do Estado-2004”	Divulgação
Elaboração de informação estatística sobre o SEE	Disponibilização de informação ao FMI e à OCDE
Participação no grupo de trabalho da OCDE “ As privatizações e o Governo das Empresas Públicas “	Realização de reuniões periódicas
Melhoria e operacionalização do Sistema de Informação Financeira de Empresas Participadas pelo Estado (SIFEP)	Melhoria na flexibilização da informação do SIFEP



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

- Esforço financeiro no Sector Empresarial do Estado

Actividades	Resultado previsto para 2005
Análise e emissão de pareceres sobre o esforço financeiro do Estado no SEE	Universo de cerca de 70 empresas
Preparação de despachos ou deliberações unânimes por escrito	Universo de cerca de 200 empresas
Processamento de apoios financeiros	Valor máximo de 1 556 milhões de euros

- Contratos de concessão de bens e/ou serviços públicos

Actividades	Resultado previsto para 2005
Emissão de pareceres sobre contratos de concessão	n.d.
Processamento da despesa prevista nos contratos	Universo de 10 empresas

- Gestão da carteira de títulos do Estado / DGT

Actividades	Resultado previsto para 2005
Controlo e processamento das operações de aquisição, subscrição, alienação ou extinção de títulos da carteira	n d.
Controlo e processamento de receita de alienações de parte sociais, de dividendos e de participações nos lucros	Receita de cerca de 300 milhões de euros

3.3. REGULARIZAÇÕES E RECUPERAÇÕES FINANCEIRAS

Programas	Objectivos
Regularização de responsabilidades	1, 3 e 4
Recuperação de créditos	1, 3 e 4

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Regularização de responsabilidades	Acompanhamento de processos de liquidação e extinção de entidades	DRR
	Regularização de situações do passado e de outras responsabilidades	DRR
	Assunção de passivos e aquisição de créditos	DRR
Recuperação de créditos	Gestão de créditos	DRC
	Cobrança coerciva de créditos	DRC
	Implementação do Sistema de Informação de Recuperação de Créditos (SIRC)	DRC

Programa “Regularização de responsabilidades”

- Acompanhamento de processos de liquidação e extinção de entidades

Actividades	Resultado previsto para 2005
Apoio e acompanhamento das liquidações em curso	Universo de 13 sociedades em liquidação
Emissão de pareceres às contas das empresas em liquidação	
Preparação de despachos e deliberações unânimes por escrito	



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Preparação de autos de entrega e recepção do património residual de sociedades extintas	n. d. (consoante o encerramento das liquidações em curso)
Acompanhamento das acções judiciais pendentes das empresas extintas	15 processos
Acompanhamento dos processos pendentes transmitidos para a DGT em resultado da extinção de entidades públicas	Universo de 23 entidades públicas extintas
Controlo e processamento de despesa e receita	Despesa orçamental de cerca de 0,165 milhões de euros e de 116 milhões de euros em termos de dívida pública. Receita de cerca de 25 milhões de euros (saldos de liquidação)

- Regularização de situações do passado e de outras responsabilidades

Actividades	Resultado previsto para 2005
Regularização de responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da descolonização e de outras situações e programas do passado estabelecido na Lei Orçamental	19 processos envolvendo despesa de cerca de 500 milhões de euros
Acompanhamento de processos judiciais de expropriações litigiosas e pagamento das indemnizações em substituição da entidade expropriante	30 processos envolvendo despesa de 3 milhões de euros

- Assunção de passivos e aquisição de créditos

Actividades	Resultado previsto para 2005
Análise de processos de assunção de passivos e de aquisição de créditos de entidades públicas	3 processos envolvendo despesa de 210 milhões de euros

Programa “Recuperação de créditos”

- Gestão de créditos

Actividades	Resultado previsto para 2005
Análise, administração e/ou acompanhamento de acordos para regularização da dívida	50 processos envolvendo receita de 8 milhões de euros
Registo de hipotecas legais e penhoras judiciais	10 processos envolvendo despesa de 0,01 milhões de euros



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Acompanhamento e controlo da gestão de créditos assegurada por terceiros, nos termos dos respectivos mandatos	3 mandatos envolvendo receita de 7 milhões de euros e despesa de 0,15 milhões de euros
---	--

- Cobrança coerciva de créditos

Actividades	Resultado previsto para 2005
Acompanhamento de processos em cobrança coerciva	4000 processos envolvendo receita de 1 milhão de euros e despesa de 0,02 euros
Instrução de processos para propositura de acções de cobrança coerciva	30 processos

- Implementação do Sistema de Informação de Recuperação de Créditos (SIRC)

Actividades	Resultado previsto para 2005
Prosecução do carregamento de dados no âmbito do Sistema de Informação de Recuperação de Créditos	Acréscimo de 50% no número de registos
Uniformização e controlo da utilização da aplicação	Elaboração de manual de procedimentos



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

3.4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Programas	Objectivos
Sociedade da Informação e Governo Electrónico – Promover e aprofundar a informatização dos serviços da DGT através do reforço da segurança, da melhoria das infra-estruturas e do desenvolvimento de novos sistemas de informação e a implementação de melhorias e novas funcionalidades nos sistemas existentes	1, 3 e 4
Construção, remodelação e apetrechamento das instalações	4



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Sociedade de Informação e Governo Electrónico	Gestão, tratamento e informatização do arquivo da DGT	DAR
	Sistema de Compensação Bancária	DSI
	Acompanhamento financeiro das entidades – Sistema de Garantias e Empréstimos (SGE) e melhorias no Sistema de Informação Financeira das Empresas Participadas (SIFEP)	DSI
	Certificação digital dos utilizadores Homebanking	DSI
	Envio de extractos bancários em formato electrónico	DSI
	Captação descentralizada de imagem de cheques	DSI
	Novas funcionalidades do Sistema Homebanking	DSI
	Novas funcionalidades do Sistema de Cobrança do Estado (SCE)	DSI
	Novas funcionalidades do Sistema de Contas do Tesouro (SGT)	DSI
	Sistema de Segurança e Controlo de Qualidade	DSI
	Novas funcionalidades da gestão de processos de cheques sem provisão	DSI
	Aumento da capacidade dos equipamentos	DSI
	Rede de comunicações	DSI
	Formação informática	DSI e DAR
	Construção, remodelação e apetrechamento das instalações	Melhoria das condições de segurança das instalações dos arquivos da DGT



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Programa “Sociedade da Informação e Governo Electrónico - Promover e aprofundar a informatização dos serviços da DGT através do reforço da segurança, da melhoria das infra-estruturas e do desenvolvimento de novos sistemas de informação e a implementação de melhorias e novas funcionalidades nos sistemas existentes.”

- Gestão, tratamento e informatização do arquivo da DGT

Actividades	Resultado previsto para 2005
Organização e tratamento arquivístico dos fundos documentais do ex-IPE e do ex-IROMA, bem como de documentação produzida pela DGT	Tratamento arquivístico de cerca de 1500 metros lineares de documentos
Incorporação de documentação proveniente de entidades extintas e da DGT, nos arquivos intermédia e histórico	Incorporação de 400 metros lineares de documentos
Digitalização de documentação de arquivo	100.000 folhas digitalizadas de documentos de arquivo
Preparação de um projecto de portaria de gestão documental e respectiva tabela de selecção de documentos	Apresentação do projecto de portaria

- Sistema de Compensação Bancária

Actividades	Resultado previsto para 2005
Conclusão do caderno de encargos	Reformulação do sistema actual
Lançamento do procedimento administrativo	Conclusão do procedimento
Análise das propostas	Relatório final
Seleção do fornecedor	Adjudicação dos trabalhos
Análise, desenvolvimento e testes	Implementação do novo sistema
Passagem a produção	Controlo da compensação bancária

- Acompanhamento Financeiro das Entidades - Sistema de Garantias e Empréstimos e melhorias no SIFEPE

Actividades	Resultado previsto para 2005
Seleção do fornecedor	Adjudicação dos trabalhos
Análise, desenvolvimento e teste	Implementação do Sistema de Garantias e Empréstimos e de melhorias no SIFEPE
Passagem a produção	Gestão e controlo das garantias e empréstimos



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

- Certificação digital dos utilizadores Homebanking

Actividades	Resultado previsto para 2005
Implantação de novos certificados digitais nos utilizadores do Homebanking da DGT (actividade dependente de verba orçamental)	Extensão e manutenção dos certificados digitais
Reformulação da componente central	Implementação dos mecanismos centrais de controlo e segurança na identificação dos utilizadores
Implantação dum sistema de redundância	Reforço da segurança física do sistema de certificação digital

- Envio de extractos bancários em formato electrónico

Actividades	Resultado previsto para 2005
Elaboração do caderno de encargos	Apresentação do caderno de encargos
Lançamento do procedimento administrativo (actividade dependente de verba orçamental)	Conclusão do procedimento
Análise das propostas	Relatório final
Seleção do fornecedor	Adjudicação dos trabalhos
Análise, desenvolvimento e teste	Implementação do novo Sistema
Passagem a produção	Melhoria do controlo e redução de custos

- Captação descentralizada de imagem de cheques

Actividades	Resultado previsto para 2005
Elaboração do caderno de encargos	Apresentação do caderno de encargos
Lançamento do procedimento administrativo (actividade dependente de verba orçamental)	Conclusão do procedimento
Análise das propostas	Relatório Final
Seleção do fornecedor	Adjudicação dos trabalhos
Análise, desenvolvimento, integração com o sistema central e testes	Implementação do novo Sistema
Passagem a produção de 15 tesourarias de Finanças	Melhoria do controlo e ganhos decorrentes da redução de tempo de apresentação dos cheques à compensação



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO**

- Novas funcionalidades do Sistema Homebanking

Actividades	Resultado previsto para 2005
Implementação da funcionalidade de pagamentos de custas judiciais	Disponibilização desta funcionalidade às entidades clientes do Tesouro
Implementação da funcionalidade de pagamento de dívidas tituladas por documentos únicos (DUC)	
Melhoria da funcionalidade de depósitos externos	Melhoria da verificação e aumento do controlo
Sistema de Débitos em conta	Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes do Tesouro

- Novas funcionalidades do Sistema de Cobrança do Estado - SCE

Actividades	Resultado previsto para 2005
Implementação de alterações no ficheiro de fundos	Disponibilização de nova modalidade de arrecadação da cobrança
Implementação de mecanismo de controlo do fundo de maneio das tesourarias de Finanças	Aumento do controlo por parte do DTCE
Associação da cobrança não DUC identificada por código abreviado de receita a vários NIB	Possibilidade de identificação da cobrança por balcão cobrador, aumentando o controlo
Criação de mecanismo de contabilização de movimentos escritura por entidade cobradora sem afectação da cobrança	Disponibilização desta funcionalidade às entidades cobradoras

- Novas funcionalidades do Sistema de Contas do Tesouro - SGT

Actividades	Resultado previsto para 2005
Análise do SGT, tendo em vista a criação de novas funcionalidades	Implementação das alterações ao SGT

- Sistema de Qualidade Segurança e Controlo de Qualidade

Actividades	Resultado previsto para 2005
Auditoria à infra-estrutura, sistemas e serviços da rede	Relatórios. Implementação de medidas correctivas
Auditoria de processos	
Auditoria à segurança aplicacional	
Análise de risco	Relatório
Definição de política de segurança	Relatório e implementação
Elaboração de Planos de Contingência e Disaster Recover	Apresentação dos Planos



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

- Novas funcionalidades da gestão de processos de cheques sem provisão

Actividades	Resultado previsto para 2005
Implementação de melhorias	Maior celeridade no tratamento dos processos e conhecimento diário do estado de cada processo

- Aumento da capacidade dos equipamentos

Actividades	Resultado previsto para 2005
Instalação de novos equipamentos	Actualização do parque informático
Reforço da componente de comunicações	Actualização dos circuitos de comunicação nas ligações externas
Instalação de equipamentos de suporte aos mecanismos de segurança	Actualização e renovação dos equipamentos de suporte
Upgrade dos sistemas	Aumento das capacidades dos sistemas instalados

- Rede de Comunicações

Actividades	Resultado previsto para 2005
Reforço da componente de comunicações (actividade dependente de verba orçamental)	Actualização dos circuitos de comunicação nas ligações externas
Instalação de equipamentos de suporte aos mecanismos de segurança nas comunicações	Actualização e renovação dos equipamentos de suporte. Garantia de confidencialidade e incorruptibilidade dos dados em circulação
Renegociação das condições contratuais de Banda Larga para a internet	Redução de custos e melhoria da qualidade do serviço

- Formação Informática

Actividades	Resultado previsto para 2005
Formação em Informática	Aumento da autonomia da DGT no suporte às infra-estruturas e sistemas de informação



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Programa “ Construção, remodelação e apetrechamento das instalações”

- Melhoria das Condições de Segurança das Instalações dos Arquivos da DGT

Actividades	Resultado previsto para 2005
Conservação e remodelação as instalações do Arquivo da Quinta das Lavadeiras	Dotação das instalações das condições necessárias para albergar arquivo



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

3.5. AUDITORIA INTERNA

Programas	Objectivos
Auditoria interna e externa	1, 3 e 4

Programa	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Auditorias interna e externa	Controlo e realização de auditorias internas	GAI
	Acompanhamento de auditorias externas	GAI

Programa “Auditorias interna e externa”

- Controlo e realização de auditorias internas

Actividades	Resultados previstos para 2005
Levantamento e análise de circuitos e procedimentos mais críticos	Análise dos Pareceres do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado
Acompanhamento do desenvolvimento dos diversos sistemas	- Realização de 3 acções de auditoria - Acompanhamento das recomendações e medidas propostas nas auditorias e trabalhos do GAI
Tratamento e acompanhamento de situações internas determinadas a nível superior	Dependente da complexidade e da quantidade das situações
Concepção e desenvolvimento de um painel de controlo da DGT	Acompanhamento e controlo da actividade da DGT



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

- Acompanhamento de auditorias externas

Actividades	Resultados previstos para 2005
Participação na resposta aos órgãos de auditoria externa, em sede de contraditório	Cerca de 12 respostas a relatórios do TC e da IGF
Assegurar as relações institucionais com outros órgãos de auditoria – TC, IGF e outros GAI	Acompanhamento de cerca de 14 acções de auditoria e contactos diversos



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

3.6. PROSPECTIVA E COORDENAÇÃO

Programas	Objectivos
Coordenação e controlo orçamental das despesas excepcionais (cap. 60), dos recursos próprios comunitários (cap. 70) e das receitas administradas pela DGT	1
Gestão da informação e da imagem	4
Apoio específico de índole jurídico-financeira em matérias que envolvem esforço financeiro do Estado	1 e 4

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Coordenação e controlo orçamental das despesas excepcionais (cap. 60), dos recursos próprios comunitários (cap. 70) e das receitas administradas pela DGT	Preparação do Orçamento de Estado de 2006	GPC
	Acompanhamento da execução orçamental	GPC
Gestão da informação e da imagem	Divulgação de informação e promoção da imagem da DGT	GPC
Apoio específico de índole jurídico-financeira em matérias que envolvem esforço financeiro do Estado	Elaboração de estudos e pareceres	GPC
	Acompanhamento do arranque da base de dados do crédito à habitação	GPC



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Programa “Coordenação e controlo orçamental das despesas excepcionais (cap. 60), dos recursos próprios comunitários (cap. 70) e das receitas administradas pela DGT”

- Preparação do Orçamento de Estado de 2006

Actividades	Resultado previsto para 2005
Recolher dados e analisar os pressupostos relativos à quantificação e base legal	Apresentação da proposta da DGT até 15 de Agosto
Preparar fichas e de mapas resumo	
Recolher e tratar os contributos para a elaboração do Relatório do OE e das Grandes Opções do Plano	Apresentação da proposta da DGT no prazo solicitado

- Acompanhamento da execução orçamental

Actividades	Resultado previsto para 2005
Coordenar e acompanhar, respectivamente o processamento das despesas e o do das receitas	Elaboração de mapas semanais
Actualizar e analisar os compromissos mensais relativos ao Capítulo 60º	Elaborar mapas e propostas de alterações orçamentais de antecipação de duodécimos e de descativações, adequando os compromissos às respectivas dotações

Programa “Gestão da informação e da imagem”

- Divulgação de informação e promoção da imagem da DGT

Actividades	Resultado previsto para 2005
Preparar o Relatório de Actividades de 2004 e o Plano de Actividades para 2006 da DGT	Apresentação dos documentos no prazo solicitado
Preparar a informação estatística relativa ao crédito à habitação	Disponibilização trimestral da informação em diferentes suportes
Despistar, gerir e difundir informação técnica, por perfil de utilizador, recorrendo a diferentes suportes	Satisfação diária das necessidades de informação, com menores custos
Tratar conteúdos a figurar numa página de intranet	



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

- Promoção da imagem da DGT

Actividades	Resultado previsto para 2005
Actualizar, em permanência, os conteúdos do site da internet da DGT	Cumprimento de orientações do Programa Governo Electrónico
Coordenação das respostas aos contactos efectuados através do e-mail existente na página da internet	
Preparar acções de formação específica solicitadas por entidades homólogas de outros países	Melhor resultado das acções de formação

Programa “Apoio específico de índole jurídico-financeira em matérias que envolvem esforço financeiro do Estado”

- Elaboração de estudos e pareceres

Actividades	Resultado previsto para 2005
Analisar processos transversais e preparar projectos de normativos legais sobre matérias que envolvam esforço financeiro do Estado	Apresentação da posição/proposta da DGT
Acompanhamento de auditorias promovidas pela IGF a instituições de crédito e elaboração de propostas complementares	Elaboração de propostas complementares de solução

- Acompanhamento do funcionamento da base de dados do crédito à habitação

Actividades	Resultado previsto para 2005
Analisar a natureza e a origem de dados não validados pela base de dados e propor a respectiva regularização	Contribuição para um mais eficaz funcionamento da base de dados

3.7. APOIO JURÍDICO

Programas	Objectivos
Apoio jurídico	1, 2,3 e 4

Programas	Projectos	
	Designação	Unidade Orgânica
Apoio jurídico	Emissão de pareceres jurídicos	GAJ
	Participação na actividade legislativa / regulamentar	GAJ

- Emissão de pareceres jurídicos

Actividades	Resultado previsto para 2005
Estudo e acompanhamento de processos administrativos e contenciosos	Resposta cabal às solicitações
Instrução de processos de natureza disciplinar	
Instrução de processos de natureza administrativa	

- Participação na actividade legislativa / regulamentar

Actividades	Resultado previsto para 2004
Intervenção na elaboração de projectos de diplomas legais	Apresentação da posição/proposta da DGT
Elaboração de instrumentos jurídicos no âmbito da actuação da DGT, designadamente despachos, deliberações unânimes por escrito, contratos e protocolos	Aprovação do documento
Colaboração na elaboração do articulado da lei do OE e do decreto-lei de execução orçamental	Apresentação da proposta da DGT no prazo solicitado



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

4. RECURSOS ENVOLVIDOS

4.1. Recursos humanos, materiais e financeiros

4.1.1. Recursos humanos

O âmbito de intervenção da DGT é amplo e complexo, necessitando de meios humanos e técnicos com o perfil adequado, tendo em vista dar resposta às constantes solicitações decorrentes da sua missão.

Verifica-se, porém, que o quadro de pessoal da DGT – um universo de **242** funcionários - se encontra desajustado, qualitativa e quantitativamente, salientando-se os seguintes constrangimentos:

- Quadro técnico superior insuficiente – **63** funcionários –, representando 25,8% do total do seu pessoal
- Quadro técnico de informática insuficiente – **12** elementos –, representando 4,9%, do total de efectivos, o que coloca a DGT numa grande dependência face ao exterior, com as consequências que daí resultam
- Diminuição de funcionários do quadro técnico de fazenda motivada pelas aposentações ocorridas nos dois últimos anos
- Limitação nas admissões resultante dos constrangimentos orçamentais
- Elevada média etária – 47,81 anos
- Antiguidade média na Administração Pública – 22,6 anos de serviço



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Estas conclusões resultam evidentes se pensarmos em termos de afectação de técnicos/programas:

Programas	Recursos humanos
Gestão da Tesouraria do Estado e centralização de fundos	3 Técnicos Superiores 3 Técnicos de Fazenda 1 Assistente Administrativo
Prestação de serviços bancários	7 Técnicos Superiores 30 Técnicos de Fazenda
Contabilização e controlo da movimentação de fundos e das caixas do Tesouro	4 Técnicos Superiores 10 Técnicos de Fazenda 1 Assistente Administrativo
Concessão de apoios financeiros do Estado	5 Técnicos Superiores 10 Técnicos de Fazenda 1 Assistente Administrativo
Exercício da função accionista, tutelar e concedente do Estado	8 Técnicos Superiores 6 Técnicos de Fazenda 1 Assistente Administrativo
Regularização de responsabilidades	4 Técnicos Superiores 4 Técnicos de Fazenda 1 Assistentes Administrativos
Recuperação de créditos	9 Técnicos Superiores 11 Técnicos de Fazenda 1 Assistente Administrativo
Sociedade da Informação – Governo Electrónico	8 Especialistas de Informática 2 Técnicos Superiores 4 Técnicos de Informática 3 Técnicos de Fazenda 2 Assistentes Administrativos
Construção, remodelação e apetrechamento das instalações do arquivo	1 Técnico Superior 2 Técnicos de Fazenda
Auditoria interna e externa	3 Técnicos Superiores 1 Assistente Administrativo
Coordenação e controlo orçamental das despesas excepcionais (cap. 60), dos recursos próprios comunitários (cap. 70) e das receitas administradas pela DGT	2 Técnicos Superiores 1 Técnico de Fazenda
Gestão da informação e da imagem	2 Técnicos Superiores 3 Técnicos de Fazenda
Apoio específico de índole jurídico-financeira em matérias que envolvem esforço financeiro do Estado	2 Técnicos Superiores
Apoio jurídico	8 Técnicos Superiores 1 Técnico de Fazenda



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

4.1.2. Recursos Materiais e Financeiros

No que respeita aos meios materiais, importa consolidar o esforço desenvolvido, promovendo a melhoria de infra-estruturas e sistemas de informação, tendo em vista, designadamente, a disponibilização de informação de apoio à gestão ao universo dos seus destinatários.

O “plafond” para o orçamento de funcionamento para 2005 foi fixado em 6,54 milhões de euros, representando um decréscimo de 0,88% relativamente ao ano anterior, o qual se revelou insuficiente para satisfação dos encargos correntes, situação que se mantém desde 2003.

Quanto ao orçamento do PIDDAC, foi atribuído um “plafond” de 1,24 milhões de euros, no âmbito do programa geral comum à Administração Pública designado por “P01 Sociedade de Informação e Governo Electrónico” e do “P06 Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações”. Contudo, posteriormente, foi efectuado um congelamento de 266 641 €, ficando a dotação reduzida a 979 347 €. Este valor representa um decréscimo de 10,55% face ao ano anterior, significando, em termos relativos, 1,18% do PIDDAC do Ministério das Finanças.

Neste âmbito, salienta-se que não foi concedida dotação que permita o desenvolvimento dos projectos relativos à captação descentralizada de imagem dos cheques, ao envio de extractos bancários por formato electrónico e de redes de comunicações, tendo sido formuladas justificações adicionais, aguardando-se a eventual concessão das verbas necessárias à sua concretização.

No que se refere às instalações, estas são manifestamente insuficientes, implicando que funcionários, serviços e arquivos se encontrem dispersos por vários edifícios, com as dificuldades inerentes a tal dispersão geográfica, alertando-se para as condições precárias de alguns arquivos.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Atendendo aos anos de aquisição (1992 a 1999), as viaturas de serviço continuam a exigir custos de manutenção significativos.

Estes constrangimentos orçamentais levam a um esforço acrescido na conservação dos bens existentes.

4.2. Formação Profissional

A informatização dos serviços, a introdução de inovações tecnológicas, a adaptação a novos processos e procedimentos, o estabelecimento, aplicação e validação de planos de formação adequados constituem orientações fundamentais às exigências de uma Administração dinâmica e qualificada.

Também a especificidade da missão da DGT exige que os seus quadros sejam dotados de um elevado grau de especialização e qualificação em ordem ao cumprimento da mesma.

Deste modo, o desenvolvimento da vertente formativa tem sido uma preocupação constante, enquanto instrumento para atingir os objectivos definidos e o patamar de qualidade exigida.

Assim, o Plano de Formação para 2005 enfatiza, uma vez mais, a opção pela formação interna, no respeito pelos seguintes princípios:

- Contribuir para uma cultura de mérito e de exigência, a fim de que se possam atingir os objectivos definidos com um elevado nível de qualidade
- Melhorar o desempenho profissional dos funcionários da DGT, proporcionando-lhes condições que fomentem a criatividade, o espírito crítico e de iniciativa
- Promover a qualificação dos seus funcionários ao nível de acesso e ingresso nas carreiras



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO**

- Propiciar a introdução de novas práticas e conhecimentos, face às alterações legislativas e tecnológicas.

Também nesta área os constrangimentos orçamentais terão impacto considerável, visto que, para este fim, se dispõe de uma dotação de apenas 12 410 euros.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o Plano de Actividades para o ano de 2005, que se apresenta, pretende-se, para além da observância do disposto no Decreto-Lei n.º 184/96, de 27 de Setembro, levar ao conhecimento superior a realidade da Direcção-Geral do Tesouro, na especificidade e na multiplicidade das suas diferentes funções.

Face à natureza diversa dos constrangimentos existentes, que há que confrontar e ultrapassar dia a dia, da leitura do presente documento não se pode deixar de inferir o considerável esforço que representa para toda a Direcção-Geral do Tesouro o cumprimento do compromisso que, uma vez mais, se assume, só possível pela dedicação e esforço da generalidade dos seus funcionários.

A Directora-Geral

Maria dos Anjos Nunes Capote